

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Departamento de Estudos Políticos

ASAE como entidade dinamizadora das Boas Práticas Europeias para os PALOP

*Relatório de Estágio Curricular realizado no Gabinete de Relações
Internacionais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
(ASAE)*

Ricardo Viegas de Melo

Orientadora de Estágio Interna: Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues

Orientadora de Estágio Externa: Professora Doutora Catarina Mendes Leal

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica da Prof.^a Dr.^a Teresa Ferreira Rodrigues e da Prof.^a Dr.^a Catarina Mendes Leal

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à Prof.^a Dr.^a Teresa Ferreira Rodrigues por ter aceite ser minha orientadora e por toda a sua disponibilidade imediata demonstrada durante o meu percurso no estágio curricular e durante a criação do presente relatório de estágio.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Catarina Mendes Leal, minha orientadora externa pelo Gabinete de Relações Internacionais da ASAE, por esta oportunidade e pela sua disponibilidade e preocupação durante o tempo que integrei o Gabinete de Relações Internacionais da ASAE, integrando-me desde o primeiro dia nos trabalhos diários do GRI.

Agradeço à Dr.^a Fernanda Janeiro Alvarrão e à Eng.^a Carla Francisco, minhas supervisoras no GRI e técnicas superiores do mesmo, a disponibilidade, apoio e simpatia. A sua preocupação em fazer desta experiência a mais dinâmica e rica possível, foi essencial para este percurso de aprendizagem.

Agradeço também à minha amiga Eduarda, uma pessoa pertencente à ASAE que desde o primeiro dia me recebeu de braços abertos, deixo assim a minha palavra de agradecimento por todo o apoio, carinho e amizade demonstrada durante o estágio.

Agradeço à minha família por todo o apoio que me deu, não só durante este último ano, mas durante toda a minha vida, estando sempre presentes em cada passo importante que dou no meu percurso profissional, estando bem ciente de todos os esforços que fizeram e continuam a fazer para me darem a oportunidade de alcançar os meus objetivos, tanto a nível profissional como pessoal.

Por fim, e não menos importante, agradeço à minha melhor amiga e namorada Joana, por tudo e tudo o que já passámos e por tudo que ainda iremos passar, sempre juntos e nunca sós.

Resumo

O presente relatório insere-se no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, da FCSH/NOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O estágio curricular decorreu no Gabinete de Relações Internacionais da Autoridade de Segurança Económica Alimentar, com uma duração de 800 horas.

O presente relatório tem como principal temática a “ASAE como dinamizadora das Boas Práticas Europeias para os PALOP”, sendo o mesmo composto em quatro capítulos, em que a parte conceptual abordará mais a parte temática do relatório.

Escolhi a seguinte temática conceptual para o relatório, porque acredito verdadeiramente na importância da internacionalização de organismos estatais como a ASAE, através do incremento das suas relações bilaterais e multilaterais com as suas homólogas, pois atualmente neste mundo globalizado em que vivemos só faz sentido este caminho de colaboração com outras homólogas internacionais. Escolhi o caso específico dos PALOP para demonstrar também a importância do trabalho que a ASAE tem mantido com as suas homólogas dos PALOP e no impulso que a ASAE tem dado para o desenvolvimento das mesmas.

O relatório está composto em quatro capítulos: o primeiro refere-se à caracterização do local de estágio, ou seja, a caracterização da ASAE e também do seu Gabinete de Relações Internacionais. O segundo capítulo aborda o enquadramento conceptual do relatório, abordando vários conceitos que foram essenciais para a minha aprendizagem durante o estágio e que também estão fortemente ligados à temática abordada no presente relatório. O terceiro capítulo refere-se às atividades desenvolvidas durante o estágio, demonstrando assim toda a parte prática em que tive oportunidade de participar e dar o meu contributo durante o estágio. No quarto e último capítulo estão as minhas reflexões finais do estágio curricular e do seu relatório.

Palavras chave: Relações Internacionais, Segurança Alimentar, Cooperação Bilateral e Multilateral, PALOP

Abstract

This report is part of the curriculum internship of the Master in Political Science and International Relations, specialization in International Relations, FCSH / NOVA - Faculty of Social Sciences and Humanities – NOVA University of Lisbon.

The curricular internship took place in the Office of International Relations of the Food Economic Security Authority, which lasted 800 hours.

The main theme of this report is the "ASAE as a driving force for European Good Practices for PALOPs". It is composed of four chapters, the conceptual part of which will deal with the thematic part of the report.

I chose the following conceptual theme for the report, because I truly believe in the importance of the internationalization of state agencies, such as the ASAE, by increasing their bilateral and multilateral relations with their counterparts, because currently in this globalized world that we live, it only makes sense this path of collaboration with other international counterparts. I have chosen the specific case of the PALOPs to demonstrate also the importance of the work that the ASAE has maintained with its PALOP counterparts and the boost that the ASAE has given to their development.

The report is composed of four chapters: the first refers to the characterization of the place of internship, that is, the characterization of ASAE and its Office of International Relations. The second chapter brings us to the conceptual framework of the report, addressing several concepts that were essential for my apprenticeship during the internship, and which are also strongly linked to the theme addressed in this report. The third chapter refers to the activities developed during the internship, thus demonstrating all the practical part in which I had the opportunity to participate and make my contribution during the internship. In the fourth and final chapter are my final reflections on the curriculum internship and its report.

Keywords: International Relations, Food Safety, Food Security, Bilateral and Multilateral Cooperation, PALOP

Índice

Introdução	1
I. Caracterização Do Local de Estágio	2
1. Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	2
2. Gabinete de Relações Internacionais da ASAE (GRI).....	3
2.1 Ação Externa da ASAE.....	4
II. Enquadramento Conceptual.....	6
1. Conceito de Segurança Alimentar.....	6
1.1. Food Security.....	7
1.2. Food Safety.....	9
2. Cooperação Bilateral e Multilateral da ASAE.....	12
2.1. Cooperação Bilateral.....	13
2.2. Cooperação Multilateral.....	16
2.2.1. Fórum das Inspeções de Segurança Alimentar e das Atividades Económicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (FISAAE).....	16
2.2.2. European Food Safety Authority (EFSA).....	18
III. Atividades Desenvolvidas No Local De Estágio.....	22
IV. Considerações Finais.....	27
Referências Bibliográficas.....	29

Índice de Siglas

AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
AICEP - Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARFA - Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares
ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BfR - Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAJC - Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações
DAL - Departamento de Administração e Logística
DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DRAL - Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios
EFSA - European Food Safety Authority
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FISAAE - Fórum das Inspeções da Segurança Alimentar e das Atividades Económicas
GIGC - Gabinete Inspeção Geral do Comércio
GRI - Gabinete de Relações Internacionais
HACCP - Hazard Analysis and Critical Control Points
IAE - Inspeção Alimentar e Económica
IG - Inspetor-Geral
IGAE - Inspeção Geral das Atividades Económicas
IGCA - Inspeção Geral do Comércio e Artesanato
IGCA - Inspeção Geral do Comércio e Atividades
INAE - Inspeção Nacional das Atividades Económicas
INFOSAN - International Network of Food Safety Authorities
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MINHOTUR - Ministério da Hotelaria e Turismo
OMS - Organização Mundial de Saúde
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PED - Países Em Desenvolvimento
TAIEX - Technical Assistance and Information Exchange
UE - União Europeia
UNIIC - Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal

UNO - Unidade Nacional de Operações

Introdução

O presente relatório insere-se no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, da NOVA FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O estágio desenvolvido no Gabinete de Relações Internacionais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), decorreu no ano letivo de 2017/2018 com base num protocolo formal entre a NOVA FCSH e a ASAE.

O respetivo estágio contou com a orientação interna da Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues, docente na NOVA FCSH, e com a orientação externa da Professora Doutora Catarina Mendes Leal, Chefe de Divisão do Gabinete de Relações Internacionais.

O seu principal objetivo consistiu no aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de domínios na área das relações internacionais, principalmente na área das relações bilaterais e multilaterais.

Este documento tem por finalidade apresentar e descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular, procurando realizar uma reflexão e análise sobre as mesmas e, simultaneamente, tem o intuito de demonstrar o valor da ASAE como uma entidade dinamizadora das boas práticas europeias no seio dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

No que concerne à estruturação do relatório, o mesmo é constituído por quatro capítulos distintos. No primeiro capítulo é feita a descrição do local de estágio, iniciando-se com uma breve caracterização da ASAE e de alguns dos seus diplomas legais. De seguida parte-se para a caracterização do Gabinete de Relações Internacionais e da sua importância dentro da instituição, principalmente na “Ação Externa da ASAE”. No segundo capítulo efetua-se um enquadramento conceptual de conceitos como “segurança alimentar”, *“food security”* e *“food safety”*, sendo que depois irão ser abordadas as relações bilaterais e multilaterais que a ASAE mantém com as suas homólogas e como a ASAE pode ser, de facto, uma entidade dinamizadora das boas Práticas Europeias. O terceiro capítulo do relatório irá consistir nas atividades realizadas durante o estágio, e o quarto e último capítulo serão as considerações finais.

I. Caracterização do Local de Estágio

O estágio no Gabinete de Relações Internacionais da ASAE (GRI) iniciou-se no dia 4 de setembro de 2017 e terminou no dia 4 de maio de 2018, tendo uma duração de 8 meses e no qual foram realizadas mais de 800 horas. O estágio foi orientado pela Professora Doutora Catarina Mendes Leal (Chefe do Gabinete de Relações Internacionais da ASAE).

1. Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) foi criada pelo Decreto-Lei nº 237/2005, no dia 30 de dezembro de 2005, sendo que este decreto foi revogado pelo Decreto-Lei nº 274/2007, no dia 30 de julho. A ASAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa nacional, atualmente, na dependência hierárquica do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio¹. Tem por missão a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas, nos sectores alimentar e não alimentar, bem como a avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, sendo o organismo nacional de ligação com as suas entidades congéneres, a nível europeu e internacional², sendo também um órgão de polícia criminal.

Em relação à sua estrutura, a ASAE divide-se em duas vertentes: a estrutura nuclear e a estrutura orgânica flexível. A estrutura nuclear está complementada na Portaria nº 35/2013, de 30 de janeiro de 2013, e nela integram as seguintes unidades orgânicas nucleares³:

- Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios (DRAL);
- Unidade Nacional de Operações (UNO);
- Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal (UNIIC);
- Departamento de Administração e Logística (DAL);
- Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações (DAJC);
- Unidades Regionais.

A estrutura orgânica flexível e as suas unidades foram criadas através do Despacho nº 2032/2013, de 14 de fevereiro, e este sofreu várias alterações ao longo dos

¹ Artigo nº 1 do Decreto-Lei nº 194/2012, de 23 de agosto

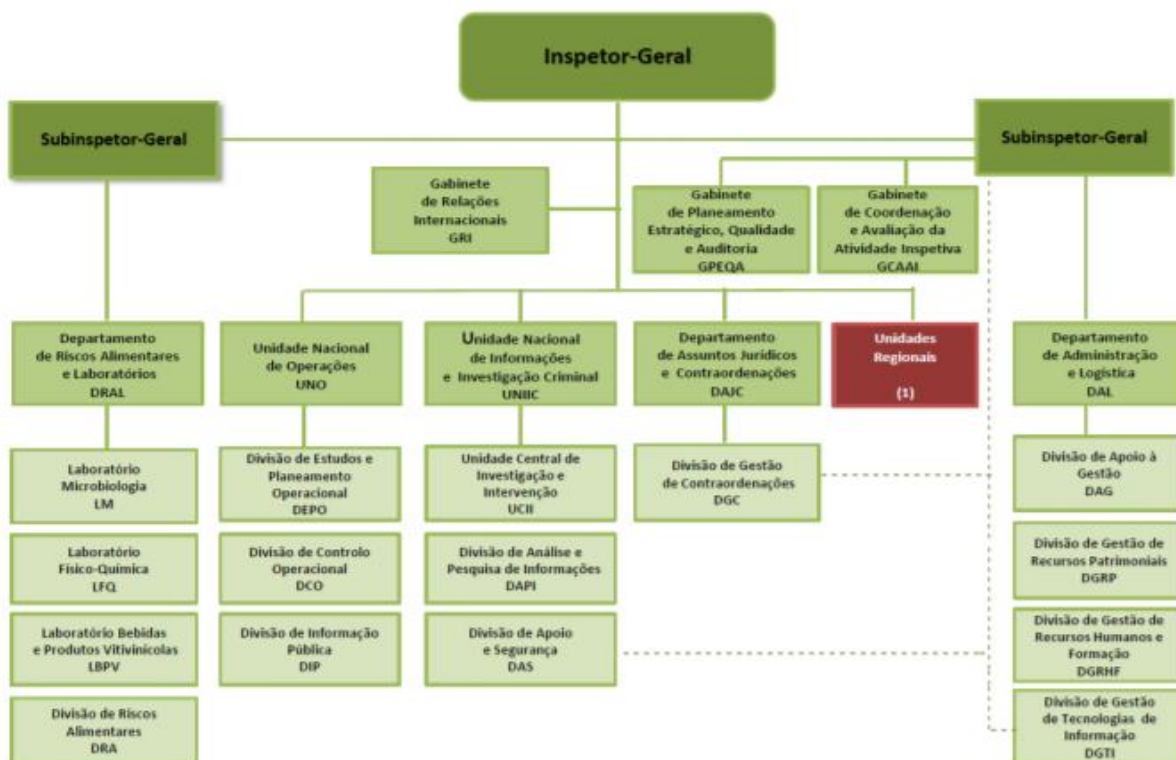
² Artigo nº 2, ponto nº 1 do Decreto-Lei nº 194/2012, de 23 de agosto

³ Artigo nº 1, ponto nº 1 da Portaria nº 35/2013, de 30 de janeiro

anos, sendo a mais recente o Despacho nº 11057/2015, de 5 de outubro. No que diz respeito à estrutura orgânica flexível, a mesma está dividida em duas partes: uma parte é a estrutura central e a outra é a estrutura desconcentrada, sendo que o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da ASAE é fixado em 30⁴.

Figura nº 1

Estrutura da ASAE



Fonte: Programa de Fiscalização Nacional do Mercado (2018)

2. Gabinete de Relações Internacionais da ASAE (GRI)

Foi na primeira alteração ao Despacho nº 2032/2013, de 14 de fevereiro, que o Gabinete de Relações Internacionais da ASAE, abreviadamente designado por GRI, foi criado e incluído na estrutura flexível da ASAE, mais concretamente na Estrutura Central. O GRI foi criado no dia 1 de fevereiro de 2014 e está complementado no Despacho nº

⁴ Portaria nº 35/2013, Diário da República, 1ª série, Nº 21, de 30 de janeiro

1870/2014, de 6 de fevereiro de 2014. As competências do GRI dentro da ASAE passam por⁵:

- Assegurar o planeamento, coordenação e acompanhamento da área internacional da ASAE;
- Desenvolver as relações bilaterais e multilaterais;
- Promover, acompanhar e desenvolver a cooperação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Articular a representação da ASAE nos fora internacionais, em especial no quadro da União Europeia;
- Monitorizar a execução dos protocolos existentes, bem como promover a celebração de novos protocolos no quadro das relações internacionais.

No que concerne à estrutura, o presente Gabinete é constituído por uma Chefe de Divisão e duas Técnicas Superiores, sendo que a Professora Doutora Catarina Mendes Leal ocupa o cargo de Chefe de Divisão, a Eng.^a Carla Francisco é responsável pelos Assuntos Bilaterais e a Dr.^a Fernanda Alvarrão pelos Assuntos Multilaterais.

Figura nº 2

Organograma do Gabinete de Relações Internacionais da ASAE.



Fonte: Gabinete de Relações Internacionais da ASAE (2018)

2.1. Ação Externa da ASAE

A “Ação Externa da ASAE” define-se por “*um conjunto de atividades internacionais baseadas principalmente no diálogo e na cooperação promovido pela*

⁵ Despacho nº 1870/2104, Diário da República, 2ª série, Nº 26, de 6 de fevereiro de 2014

ASAE, a nível bilateral com as suas homólogas internacionais, de forma a promover a troca de experiências, visitas, estágios, a partilha de informações, a colaboração operacional nos sectores alimentar e não alimentar, bem como a avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, quer a nível nacional, quer a nível internacional” (GRI, 2017).

No presente, está subordinada aos interesses e objetivos previstos no Programa do XXIº Governo Constitucional para 2015-2019, em alinhamento com a política externa nacional, bem como com as diretrizes do Ministério da Economia. As suas linhas orientadoras são:

- Respeito pelos acordos/protocolos bilaterais da ASAE e pelos compromissos assumidos no âmbito das organizações internacionais;
- Integração e coordenação dos esforços interdepartamentais e unidades regionais;
- Eficiência e economia dos meios. Num contexto de contenção orçamental, os recursos financeiros deverão ser orientados para as atividades que respondam aos objetivos considerados prioritários, otimizando a sua gestão e avaliação dos resultados.

Em termos de cooperação internacional, a ASAE aposta nos seguintes eixos de orientação:

- Consolidar as parcerias da ASAE com os países da CPLP;
- Expandir a cooperação com entidades homólogas de outros continentes;
- Firmar a presença e participação da ASAE nos Fora multilaterais internacionais.

II. Enquadramento Conceptual

O atual sistema internacional está crescentemente mais interligado e mais globalizado, obrigando as entidades a terem uma visão mais abrangente e internacional nos seus objetivos. Assim, torna-se imperativa a cooperação internacional entre entidades, principalmente entre entidades homólogas, que partilhem objetivos idênticos, e é neste sentido também a missão da ASAE. Deste modo, subentende-se a importância da cooperação internacional, que está presente nas linhas orientadoras da ASAE e, conseqüentemente, a importância do trabalho que o GRI tem desenvolvido nos últimos anos. Este sentido de cooperação internacional da ASAE e o aprofundamento das suas relações externas, quer a nível bilateral, quer a nível multilateral, resultou no seu desenvolvimento e reconhecimento no sistema internacional.

Assim, inicialmente será feita uma conceptualização do termo “Segurança Alimentar”, através da distinção entre as vertentes de “*food safety*” e “*food security*”. Depois, segue-se uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela ASAE nos últimos anos quer a nível multilateral, quer a nível bilateral. No âmbito da cooperação bilateral, o enfoque serão as relações bilaterais que a ASAE mantém com as suas homólogas oriundas dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Ao nível da cooperação multilateral, será feita uma breve análise das relações que a ASAE mantém com entidades e plataformas de cooperação multilateral, como a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) e o Fórum das Inspeções da Segurança Alimentar e das Atividades Económicas dos Países de Língua Oficial Portuguesa (FISAAE), respetivamente.

1. Conceito de Segurança Alimentar

A história do conceito de “segurança alimentar” já teve várias fases, mas este conceito ganhou um maior destaque após a II Guerra Mundial, pois garantir alimentos em quantidade e qualidade às populações que mais sofreram com a guerra, tornou-se um dos principais objetivos a alcançar na esfera internacional. Um sinal desta preocupação foi a inclusão do direito à alimentação na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, em 1948⁶. Este tema e a sua conceptualização tem sido também frequentemente discutido e fortalecido através de acordos e eventos internacionais, tais como: Pacto Internacional

⁶ Artigoº 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem

sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966)⁷, a Conferência Mundial da Alimentação (1974), a Cimeira Mundial da Alimentação (1996 e 2002), a Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)⁸.

Existem vários conceitos e definições sobre o termo “segurança alimentar”, sendo a mais consensual a definição dada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), na primeira Cimeira Mundial da Alimentação, em 1996. A FAO define então o conceito de segurança alimentar como a “situação quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996).

Apesar de existirem várias definições sobre o conceito de Segurança Alimentar, o termo pode ser analisado sob duas perspetivas, que se correlacionam: na língua portuguesa, este termo engloba as matérias relacionadas com o controlo de qualidade dos alimentos (em inglês denomina-se “*food safety*”), mas também a preocupação de assegurar o direito de cada indivíduo a ter uma alimentação segura e nutritiva, que permita ter um nível de vida saudável (em inglês denomina-se “*food security*”). A melhor maneira de definir este conceito é partir da análise destas duas vertentes e explicar a correlação que existe entre elas.

1.1. Food Security

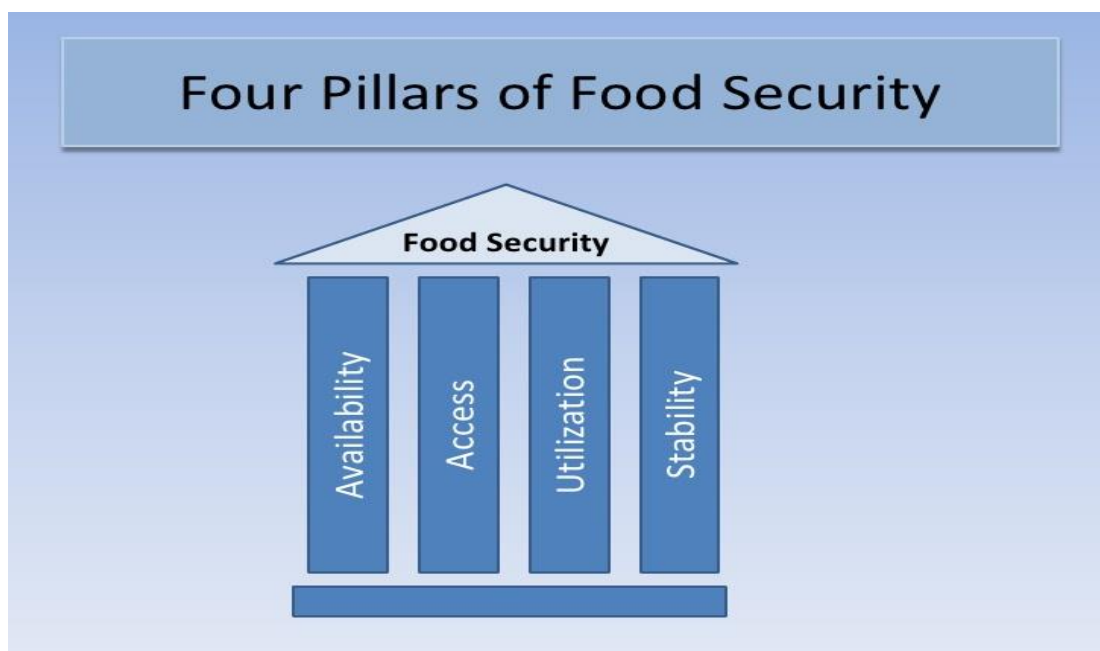
No termo “*food security*”, está incluído o direito de qualquer indivíduo a uma alimentação nutritiva e em quantidades apropriadas, ou seja, refere-se à capacidade de garantir à população alimentos suficientes para que seja possível que esta tenha uma alimentação nutritiva e saudável. A FAO refere ainda que este conceito engloba 4 dimensões que devem ocorrer simultaneamente: disponibilidade física de alimentos (*availability*), acesso físico e económico aos alimentos (*access*), uso dos alimentos na dieta alimentar (*utilization*) e estabilidade e continuidade temporal nas 3 dimensões (*stability*) (Dias, 2015).

⁷ Artigoº 11 – “1- Os Estados-Signatários no Presente Pacto reconhecem o direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si e a sua família, incluindo alimentação

⁸ “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” – Objetivo 2 da Agenda 2030

Figura nº 3

Os quatro pilares do conceito “*Food Security*”



Fonte: FAO, [on-line], disponível em <https://www.slideshare.net/LIWG-Laos/presentation-jannie-armstrong-fao-1-june-2012-food-security>, consultado 6 de fevereiro de 2018.

De acordo com a figura nº 3, a *food security* alicerça-se em 4 pilares, nomeadamente:

1. Availability (Disponibilidade)

A primeira dimensão do conceito de “*food security*” refere-se ao fornecimento de alimentos e ao seu comércio, no sentido de que é necessário existirem sistemas agrícolas de produção sustentável, tem de existir também uma boa gestão dos recursos naturais e políticas que incentivem à produção sustentável dos alimentos⁹.

2. Access (Acesso)

A segunda dimensão engloba a problemática económica deste conceito, ou seja, o acesso económico e físico aos alimentos. A melhoria e o desenvolvimento deste alcance

⁹ *Food Security and Why it Matters*. (2017). Retirado do Centro Internacional de Pesquisa de Segurança Alimentar da Austrália: <http://aciara.gov.au/aifsc/food-security-and-why-it-matters>

passam por garantir aos pequenos agricultores uma melhor acesso ao mercado global, o que lhes irá permitir melhorar as suas produções agrícolas e aumentar os seus rendimentos provenientes da atividade agrícola¹⁰.

3. Utilization (Utilização)

A terceira dimensão refere-se à utilização dos alimentos e dos produtos alimentares em si, ou seja, é a garantia de que todos os indivíduos tenham não só o acesso aos alimentos, mas também o fornecimento e a produção suficiente para manter uma dieta saudável, nutritiva e sustentável. Esta dimensão vai ao encontro do conceito de “*food safety*”, na medida em que esta dimensão engloba também a qualidade dos alimentos, e é nesta parte que entra a variante de “*food safety*”. Para se desenvolver esta dimensão é preciso prezar-se cada vez mais pela qualidade dos alimentos produzidos, desenvolver também uma variedade de dietas nutritivas e reduzir as perdas pós-colheitas¹¹.

4. Stability (Estabilidade)

A quarta dimensão está relacionada à estabilidade na segurança alimentar. Estabilidade é garantir que haja sempre um consistente acesso facilitado à alimentação e aos alimentos, ou seja, a criação de soluções a um longo prazo e não a um curto prazo. Esta dimensão pressupõe a correlação perfeita entre as outras três dimensões. É importante garantir primeiro a “*food security*”, ou seja, garantir a produção sustentável de alimentos e tudo o que isto envolve, pois, como referido anteriormente, o direito à alimentação está integrado nos Direitos do Homem, e cada indivíduo deveria ter direito à sua alimentação equilibrada e nutritiva, algo que não acontece e será extremamente difícil acontecer¹².

1.2. *Food Safety*

A vertente de “*food safety*” no conceito de “segurança alimentar” engloba toda a matéria sobre a qualidade do produto alimentar e dos alimentos em si, desde a sua

¹⁰ *Food Security and Why it Matters*. (2017). Retirado do Centro Internacional de Pesquisa de Segurança Alimentar da Austrália: <http://aciar.gov.au/aifsc/food-security-and-why-it-matters>

¹¹ *Food Security and Why it Matters*. (2017). Retirado do Centro Internacional de Pesquisa de Segurança Alimentar da Austrália: <http://aciar.gov.au/aifsc/food-security-and-why-it-matters>

¹² *Food Security and Why it Matters*. (2017). Retirado do Centro Internacional de Pesquisa de Segurança Alimentar da Austrália: <http://aciar.gov.au/aifsc/food-security-and-why-it-matters>

produção até ao seu consumo. Esta vertente pode-se também dividir em 4 dimensões: segurança, nutrição, qualidade e valor económico¹³.

Segurança

A primeira dimensão refere-se aos procedimentos de criação, de manuseamento, de preparação e de armazenamento de alimentos e/ou produtos alimentares, ou seja, às boas práticas que se devem cumprir de forma a reduzir o risco de doenças transmitidas por alimentos. A dimensão de segurança nesta vertente também é estabelecer padrões de segurança para reduzir os perigos existentes de origem tóxica ou microbiológica, sendo que existem vários sistemas para garantir esta segurança.

A nível mundial, o documento mais importante sobre segurança alimentar é o *Codex Alimentarius*¹⁴, que se baseia numa coleção de normas, de diretrizes e códigos de práticas adotadas pela Comissão do *Codex Alimentarius*.¹⁵

Ainda a nível mundial, existe a HACCP, que significa *Hazard Analysis and Critical Control Points* (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que é um sistema de segurança alimentar adotado por todo o mundo e que tem como finalidade identificar, prevenir e controlar possíveis ameaças alimentares através da aplicação de princípios técnicos e de boas práticas a ter em conta ao nível da segurança alimentar.

Cada país tem a sua legislação e o seu sistema de segurança para garantir o cumprimento de todas as normas, e no caso português as entidades com maior responsabilidade nesta matéria são a ASAE e a DGAV. Em termos de legislação, existe uma harmonização com a legislação da União Europeia sobre segurança alimentar.

Nutrição

A segunda dimensão é a da nutrição, que já foi abordada anteriormente. Esta dimensão integra a importância de manter os níveis nutritivos suficientes nos alimentos e na sua produção, no sentido de garantir a cada indivíduo, a cada consumidor, uma dieta saudável e nutritiva.

¹³ Gardner, S. (n.d). Repositório de Documentos da FAO. Retirado de “*Consumers and Food Safety: a food industry perspective*”: <http://www.fao.org/docrep/V2890T/v2890t05.htm>

¹⁴ *About Codex Alimentarius*. (2017). Retirado da FAO: <http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/en/#c453333>

¹⁵ A Comissão do Codex Alimentarius é a parte central do programa conjunto de padrões alimentares entre a FAO e a OMS (Organização Mundial de Saúde), sendo este programa criado com o propósito de proteger a saúde do consumo público e para promover práticas justas no comércio de alimentos.

Qualidade

A terceira dimensão alberga a parte da qualidade dos alimentos, ou seja, existem também critérios de qualidade dos alimentos que têm de ser cumpridos ao nível do aroma, do paladar e da aparência dos alimentos, sendo que isto irá influenciar também a quarta e última dimensão desta vertente, o valor dos alimentos.

Valor Económico

Cada alimento tem o seu valor económico no mercado, sendo este influenciado pelos custos da sua produção, do seu carregamento, do seu transporte, entre outras variáveis. Todos estes processos também têm de garantir a primazia dos alimentos e da sua segurança, uma vez que os perigos adjacentes a esta dimensão são cada vez mais, tendo em conta que vivemos num sistema internacional cada vez mais globalizado, onde as barreiras económicas são cada vez mais frágeis e ténues, o que também dá aso a várias irregularidades durante todo este processo.

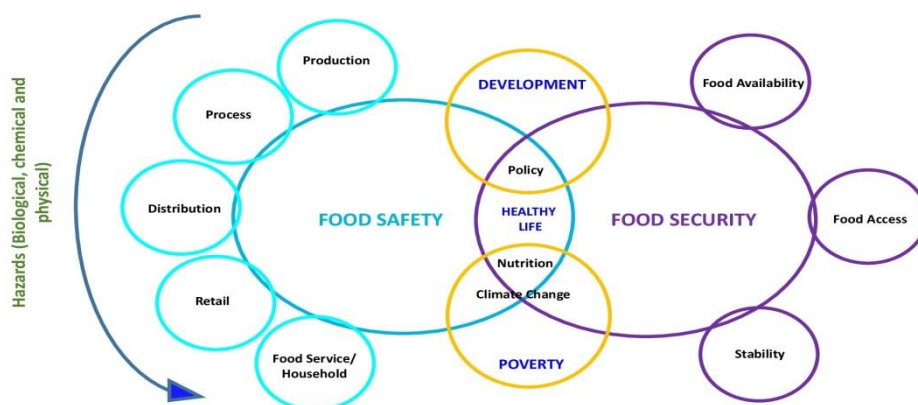
O conceito de “segurança alimentar” ainda é bastante recente, apesar de já ter sido marcado por vários marcos históricos, e tem várias vertentes que se correlacionam. Dentro deste conceito, existe a parte conectada ao sistema de produção de alimentos, ao problema da escassez de alimentos (problema cada vez mais fraturante nos Países Em Desenvolvimento), bem como à sua politização, sendo esta parte a de “*food security*”. A outra parte integra toda a legislação existente sobre segurança alimentar, as boas práticas nela incluída que garantem um menor risco de propagação de doenças pelos alimentos, e as entidades nacionais cuja responsabilidade é prezar por estas boas práticas e critérios de qualidade dos alimentos, desde a sua produção até ao seu consumo, sendo esta parte a “*food safety*”.

Estas duas vertentes interligam-se em várias temáticas que estão ligadas ao conceito de “Segurança Alimentar”, tais como “Políticas de Desenvolvimento” ou então “Nutrição” e “Pobreza” (fig. 4).

Conclui-se então que o conceito de “*Food Safety*” é uma parte integrante e deveras importante no conceito de “*Food Security*”, e que a Segurança Alimentar desempenha cada vez mais um papel importante no desenvolvimento sustentável ao nível global, sendo um exemplo disso o Objetivo 2 – “Erradicar a Fome”, pertencente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Figura nº 4

Correlação entre os conceitos “Food safety”, “Food security” e “Desenvolvimento”



Fonte: Mahmoud, Barakat, [on-line], disponível em <https://agrilinks.org/blog/lets-talk-about-food-safety-enhancing-global-food-security-and-development>, consultado no dia 10 de fevereiro de 2018

2. Cooperação Bilateral e Multilateral da ASAE

O principal objetivo da cooperação portuguesa, no contexto da política externa, exposto no Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa 2014-2020, é a “*erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países terceiros*”, sendo que as prioridades geográficas deste objetivo se centra nos PALOP e em Timor-Leste.¹⁶

Respeitando os eixos estratégicos para a cooperação portuguesa, a ASAE tem também definidos os seus eixos de orientação para a cooperação internacional, sendo que um destes eixos é o de fortalecer as relações com as entidades homólogas dos países pertencentes à CPLP, prioritariamente os países que compõem o grupo dos PALOP.

Importa agora, neste segundo subcapítulo, analisar em primeiro lugar os conceitos de cooperação bilateral e cooperação multilateral, principalmente na ótica da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos PALOP, porque é neste sentido também que a ASAE estabelece os seus protocolos de cooperação com as suas entidades homólogas, para que exista uma relação que beneficie as duas entidades, mas também para que as

¹⁶ Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, Capítulo II, pág.14 – Retirado do I.P. Camões, a 29 de janeiro de 2018 - http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf

entidades homólogas tenham o auxílio que precisam, no sentido de obterem as condições necessárias para então garantirem no seu país os princípios de um desenvolvimento sustentável na sua área de ação, neste caso na área da segurança alimentar e também da fiscalização económica.

Depois de analisados estes conceitos, irá partir-se para uma análise à cooperação bilateral da ASAE, fazendo apenas referência às relações bilaterais com as entidades homólogas oriundas dos PALOP.

Por último, irá analisar-se também as relações multilaterais que a ASAE mantém no quadro internacional, principalmente a sua interação com organizações como a CPLP e a EFSA, a importância da criação do FISAAE, sendo feita uma breve resenha histórica do mesmo, e também a importância de a ASAE se tornar um ponto focal da EFSA.

2.1. Cooperação Bilateral

O conceito de Cooperação Bilateral pode-se entender como a relação entre duas entidades, quer estas sejam governamentais ou não-governamentais, em que existe uma parte doadora ou financiadora de recursos e a outra parte é a recetora dos mesmos.

No caso português, a cooperação bilateral tem-se focalizado mais nos PALOP, como está exemplificado no Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa. Isto deve-se não só aos laços históricos, culturais e linguísticos que Portugal mantém com estes países, mas também se deve graças ao processo de descolonização portuguesa das suas antigas colónias. A ASAE, respeitando as premissas orientadoras do conceito estratégico de Portugal para a cooperação internacional, também mantém como foco as relações bilaterais com as suas entidades homólogas dos PALOP.

Tabela 1

Protocolos de Cooperação Concluídos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAÍSES	ORGANIZAÇÃO	DATA	ENTIDADES OUTORGANTES
Protocolos de Cooperação Concluídos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa			
ANGOLA	DNIIAE	02-10-12	IG (ASAE) e DN (DNIIAE)
		17-05-2000	IG (IGAE) e Diretor Nacional (DNIIAE)
	GFMHT	06-03-13	IG (ASAE) e Diretora Nacional da Formação Hoteleira e Turística
	GIGC	29-01-15	IG (ASAE) e IG (GIGC)
CABO VERDE	IGAE	17-12-14	Ministro da Economia (Portugal) e Ministra do Turismo, Investimento e Desenvolvimento Empresarial (Cabo Verde) *
		29-08-12	IG (ASAE) e IG (IGAE)
	DGP (memorando)	16-08-10	IG (ASAE) e DG (DGP)
	ARFA	21-03-14	IG (ASAE) e Presidente (ARFA)
GUINÉ-BISSAU	IGCA	22-11-17	IG (ASAE) e IG (IGCA)
MOÇAMBIQUE	INAE	26-03-14	Ministro da Economia (Portugal) e Ministro do Comércio (Moçambique) **
		31-ag-10	SE (Portugal) e Ministro (Moçambique)
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	DCRAE	11-abr-16	IG (ASAE) e Diretor (DRCAE)
* Assinado no âmbito da IIIª Cimeira Luso-Cabo Verdiana			
** Assinado no âmbito da Visita de S. Ex. ^a o Primeiro-Ministro a Moçambique - Cimeira Luso-Moçambicana			

Fonte: Gabinete de Relações Internacionais da ASAE (2018)

A presente tabela demonstra o número de protocolos de cooperação concluídos que a ASAE celebrou, ou esteve envolvida, com as entidades oriundas dos PALOP, referindo as respetivas datas e as entidades outorgantes. A tabela refere só o número de protocolos concluídos, sendo que a ASAE se encontra em fase de negociações com outras

entidades dos PALOP para assinar o respetivo protocolo de cooperação. Apesar disto, também podemos retirar desta tabela um pormenor bastante importante: desde a criação do GRI, o número de protocolos de cooperação concluídos aumentou bastante, o que só demonstra o trabalho realizado pelo gabinete desde a sua criação, bem como a importância deste gabinete para a afirmação da ASAE na arena internacional.

As relações bilaterais ASAE/PALOP caracterizam-se por três fases distintas: a fase inicial, onde se procede aos primeiros contactos com as entidades homólogas; a fase intermédia, iniciando-se a negociação e a respetiva assinatura do protocolo de cooperação; e depois a fase final, que significa por em prática os objetivos delineados a partir do protocolo, materializados, por exemplo, num plano de atividades anual.

Embora os protocolos de cooperação da ASAE com as entidades homólogas dos PALOP, no âmbito da segurança alimentar, sejam diferentes, as áreas de cooperação são basicamente em relação a: formação, troca de informações, apoio laboratorial/técnico e capacitação institucional. Ao nível da formação, a ASAE organiza formações direcionadas aos dirigentes e aos quadros técnicos da sua entidade homóloga. Existirá sempre também uma troca de informações e de pareceres técnicos entre a ASAE e a entidade homóloga. Este apoio laboratorial significa que a ASAE oferece os seus serviços para analisar géneros alimentícios provenientes da outra entidade homóloga, para efeitos de análises microbiológicas e/ou físico-químicas.

Maioritariamente, os países abordados no âmbito deste relatório não possuem infraestruturas que lhes possibilitem, por si só, implementarem um laboratório de segurança alimentar. Neste sentido, um dos principais objetivos da ASAE com estes protocolos de cooperação é ajudar o desenvolvimento das suas homólogas e dos seus países através da capacitação institucional das entidades, através da conceção de programas ou projetos que ajudem na sua capacitação institucional e estrutural, sendo que a principal barreira aqui a capacidade financeira para a criação destes programas/projetos. Por isso, a ajuda na procura de financiamento para este tipo de projetos nos PALOP é também uma das principais tarefas que o GRI desempenha no seio da ASAE.

A cooperação da ASAE com as suas homólogas oriundas dos PALOP não se faz só no âmbito bilateral, mas, também, no âmbito multilateral, sendo exemplo disto o Fórum das Inspeções da Segurança Alimentar e das Atividades Económicas (FISAAE). Posto isto, no presente relatório serão agora analisadas as relações de cooperação que a ASAE mantém no âmbito do FISAAE e também na *European Food Safety Authority*

(EFSA), focando aqui também a ligação que a ASAE mantém atualmente com o resto da Europa.

2.2. Cooperação Multilateral

A cooperação multilateral, ao nível dos Estados, existe quando vários países decidem agrupar-se para trabalhar em conjunto sobre qualquer tema, sejam as razões para esta cooperação de teor político, económico, cultural, social, etc. Esta cooperação multilateral pode-se realizar por várias maneiras: através de organizações internacionais, de fóruns internacionais, de protocolos e acordos internacionais, entre outras. No âmbito deste relatório, a análise da cooperação multilateral da ASAE irá focar-se no FISAAE, da CPLP, e na EFSA, da União Europeia.

2.2.1. Fórum das Inspeções de Segurança Alimentar e das Atividades Económicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (FISAAE)

O FISAAE é uma plataforma de cooperação e de concertação da CPLP, onde se encontram integradas as autoridades nacionais de cada Estado-membro responsáveis pela atividade de Segurança Alimentar e de Inspeção Económica. Desde a sua criação, têm participado no Fórum os representantes de entidades de Angola (DNIAE, GIGC), Cabo Verde (IGAE e ARFA), Guiné-Bissau (IGCA), Moçambique (INAE), Portugal (ASAE), São Tomé e Príncipe (DCRAE), Brasil (ANVISA e INMETRO) e de Timor Leste (AIFAESA). A Guiné Equatorial encontra-se representada pelo Representante Permanente daquele país junto da CPLP. Participa, igualmente, a Comissão de Segurança Alimentar do Japão, dado o seu país ser um Estado Observador Associado da CPLP, e com a qual a ASAE tem um Protocolo de Cooperação bilateral.

Os objetivos principais do Fórum são:

- Promover a adoção de melhores práticas e harmonização das ações do sector;
- Promover a identificação técnico-pericial na inspeção da área alimentar e económica;
- Impulsionar a partilha de experiências no âmbito da criação e legislação, enquadramento e interpretações jurídicas;
- Promover a capacitação de quadros técnicos através da formação;
- Potenciar a partilha de informações e prevenção de riscos emergentes.

Desde a sua criação, o FISAAE já teve, até à data, 4 fóruns:

- A primeira edição realizou-se em maio de 2013, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, onde foi criado,
- A segunda edição realizou-se em Moçambique, em maio de 2014, tendo contado com a presença, do lado moçambicano, de Sua Ex.^a o Primeiro-Ministro de Moçambique, de Sua Ex.^a o Ministro do Comércio e da Indústria e do Inspetor-Geral da INAE; do lado, português, participou Sua Ex.^a o Secretário de Estado e Adjunto da Economia e o Inspetor-Geral da ASAE;
- A terceira edição teve lugar em Angola, em novembro de 2015. Apesar de a ASAE não ter estado presente, Portugal foi eleito Vice-Presidente do III Fórum e, consequentemente, foi o Estado organizador do IV Fórum, a ter lugar em Lisboa, em novembro de 2016;
- A quarta e última edição, até à data, teve lugar em Lisboa, a 2 de novembro de 2016. A ASAE assumiu a Presidência do Fórum das Inspeções da Segurança Alimentar e das Atividades Económicas dos Países de Língua Oficial Portuguesa (FISAAE). Foram aprovados os Estatutos do Fórum, um Código de Conduta e uma Carta Ética das entidades inspetivas de segurança alimentar e das atividades económicas dos países da CPLP.

Quando a ASAE assumiu a presidência deste Fórum, planeou uma série de atividades, tais como a inclusão dos países da CPLP no sistema de alerta rápido da INFOSAN¹⁷ (ação com a parceria da Organização Mundial da Saúde), a participação ativa na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, ações de capacitação institucional, entre outras.

O FISAAE é a plataforma de cooperação multilateral da ASAE com as suas homólogas no espaço lusófono, onde pode transmitir os seus conhecimentos, procedimentos técnicos e as suas experiências com as suas homólogas, para que estas aprendam e se desenvolvam também tecnicamente e estruturalmente, mas a ASAE também se destaca na cooperação com entidades europeias, tais como a EFSA.

¹⁷ A INFOSAN é uma rede internacional de autoridades nacionais da segurança alimentar, gerida em conjunto pela FAO e pela OMS, e serve como plataforma de informação em caso de um incidente de segurança dos alimentos.

2.2.2. *European Food Safety Authority (EFSA)*

A Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar é uma agência europeia financiada pela União Europeia, que opera independentemente das instituições legislativas e executivas europeias (Comissão Europeia, Conselho Europeu e o Parlamento Europeu) e dos Estados-Membros da UE. A EFSA foi criada em 2002, após uma série de crises alimentares na década de 1990, com o intuito de ser um centro de aconselhamento científico independente e de comunicação de riscos na cadeia alimentar europeia. Esta agência foi legislada e legalmente estabelecida nos termos da Lei Geral sobre a Alimentação, no regulamento (CE) 178/2002¹⁸. De acordo com a secção 1, artigos nº 22 e 23 deste regulamento, as funções da EFSA passam por:

- Recolher dados científicos e conhecimentos especializados;
- Prestar aconselhamento científico independente e atualizado sobre questões relacionadas com a segurança dos alimentos;
- Divulgar ao grande público os seus trabalhos científicos;
- Cooperar com os Estados-membros da União Europeia, com os organismos internacionais e as demais partes interessadas;
- Promover a confiança no sistema da União Europeia no domínio da segurança alimentar, prestando sempre aconselhamento fiável.

Uma das principais valências da EFSA é o seu trabalho e a respetiva cooperação com as entidades nacionais de segurança alimentar, também responsáveis pela avaliação de risco e a sua comunicação. A EFSA integra estas autoridades nacionais no seu *Advisory Forum* (Fórum Consultivo), sendo que a ASAE é o membro integrante deste Fórum, porque é a autoridade nacional portuguesa responsável pela avaliação e comunicação de riscos na cadeia alimentar. O representante nacional neste *Advisory Forum* é o Inspetor-Geral da ASAE.

No dia 6 de dezembro de 2007 a ASAE tornou-se ponto focal da EFSA. Em outras palavras, a ASAE passou a atuar como um centro de colaboração da EFSA com as entidades e organismos relevantes em Portugal das áreas de avaliação e gestão de riscos, da nutrição, da saúde e o bem-estar animal, ou seja, a ASAE passou a ser um ponto de contacto entre estas entidades relevantes no panorama nacional e a EFSA.

¹⁸ Este regulamento já sofreu alterações, através do regulamento (CE) 228/2017.

As funções que derivam de ser um ponto focal da EFSA passam por garantir uma troca de informações entre EFSA e outras entidades nacionais de segurança alimentar, rever todos os anos todas as organizações que estão aptas a integrar esta lista de organizações do artigo 36 do regulamento (CE) nº 178/2002, incrementar e apoiar o desenvolvimento do impacto positivo que a EFSA possa ter junto destas organizações nacionais, e também passam pela organização de eventos, tais como seminários, formações e workshops, que evidenciem o espírito da cooperação entre estas autoridades e entidades nas áreas de atuação referidas anteriormente, e que tenham como objetivo também dar a conhecer aos intervenientes qual é o papel dos outros participantes nestas áreas, os seus métodos de atuação e existir também a troca de experiências entre todos os intervenientes nestas áreas.

Outro tipo de cooperação entre ASAE e a EFSA é a cooperação científica, estabelecida no artigo nº 36 do Regulamento (CE) Nº 178/2002. Para esta cooperação científica, existem organismos integrantes da EFSA com este propósito, tais como o Comité Científico e os seus 10 respetivos painéis científicos, e também o Grupo de Trabalho sobre a Comunicação de Riscos.

O Comité Científico tem como principal função a preparação de recomendações para abordagens novas e harmonizadas no âmbito da avaliação dos riscos dos alimentos e alimentos para animais, e é um órgão de consulta do Diretor Executivo da EFSA¹⁹.

O Grupo de Trabalho da EFSA sobre a Comunicação de Riscos presta também assessoria ao Diretor Executivo sobre questões relacionadas com comunicação de riscos, o desenvolvimento de melhores práticas e estratégias de comunicação para enfrentar os riscos que possam vir a emergir. Este grupo reúne-se, em média, 4 vezes por ano e é composto por um representante de cada Estado-membro, bem como por representantes de Estados Observadores e ainda por um representante da Comissão Europeia.

Após a referência às relações de cooperação entre a ASAE e a EFSA, importa agora interligar a importância que a ASAE, ao ser ponto focal da EFSA, pode ter para as suas homólogas dos PALOP.

As homólogas da ASAE nos PALOP não possuem as mesmas condições técnicas e estruturais que a ASAE possui, e é neste sentido que a cooperação bilateral que a ASAE mantém com estas homólogas é importante para estas, porque irá potenciar o seu desenvolvimento e o seu impacto no seu país.

¹⁹ Atualmente o Diretor Executivo da EFSA é o Dr. ° Bernhard Url, nomeado para este cargo em junho de 2014.

Todos os regulamentos europeus sobre segurança alimentar, todo o trabalho científico e técnico produzido no seio da UE para a área da segurança alimentar, e todo o trabalho feito pela rede EFSA faz com que a EFSA seja uma agência pioneira no trabalho para o desenvolvimento da área da segurança alimentar, fazendo com que os seus membros integrantes tenham parte desse crédito. Tudo isto faz com que as Boas Práticas Europeias na segurança alimentar sejam referência para todas as autoridades nacionais responsáveis pela segurança alimentar, não só na Europa, mas também a nível mundial.

A ASAE não é exceção, e também segue as boas práticas europeias e contribui sempre para o desenvolvimento científico e de novas técnicas na área da segurança alimentar. Isto significa que a ASAE, ao ser ponto focal da EFSA, é também dinamizadora das boas práticas europeias relacionadas com a segurança alimentar, tendo até como principal objetivo esta dinamização das boas práticas às suas homólogas dos PALOP, para assim contribuir para o desenvolvimento das mesmas. Um bom exemplo disto foi o lançamento da edição especial do Almanaque de Segurança Alimentar dos países da CPLP. Este almanaque foi desenvolvido em parceria com a homóloga alemã da ASAE, o Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos (BfR), e teve o contributo também da EFSA. Outro exemplo é que uma das funções também da ASAE enquanto ponto focal da EFSA é traduzir informações e materiais provenientes da EFSA para as homólogas dos PALOP.

A ASAE assume o papel de ponto de contacto entre as autoridades nacionais da Europa, integrantes da EFSA, e as autoridades nacionais dos PALOP. Um caso desta ligação foi um workshop, realizado nos dias 21 e 22 de março de 2016 em Lisboa, com a temática “*Current Problems of Risk Assessment in Food Safety*”, e este workshop teve a participação de representantes de autoridades nacionais de Portugal, Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau e Marrocos, bem como representantes da FAO e da CPLP. Outro caso é a cooperação bilateral entre a ASAE e o BfR, onde um dos pontos desta cooperação é a promoção da cooperação entre as entidades alemãs que atuam nesta área com as entidades nacionais dos PALOP, sendo um exemplo disto a cooperação bilateral entre a ARFA e o BfR, onde a ASAE desempenhou um papel importante como ponto de contacto entre estas duas entidades.

Resumindo, a ASAE no espaço internacional tem crescido cada vez mais ao longo dos anos, sendo que atua no espaço lusófono e também no espaço europeu. A importância da ASAE junto dos PALOP tem também crescido imenso, especialmente após a criação do Gabinete de Relações Internacionais, sendo a tabela 1 um exemplo disso mesmo.

Tendo como prioridade, ao nível internacional, manter e desenvolver ainda mais a cooperação bilateral com as suas homólogas oriundas dos PALOP, a sua cooperação com a EFSA ajuda imenso a que a ASAE tenha um papel ainda com mais impacto junto dos PALOP e no seu desenvolvimento ao nível da segurança alimentar, pois para as autoridades nacionais dos PALOP, a ASAE é o ponto de contacto para possíveis cooperações com as entidades europeias, que ajudem também ao seu desenvolvimento.

Posto isto, pode-se dizer que o facto de a ASAE ter este sentido de cooperação e de ajuda para com as suas entidades homólogas dos PALOP, demonstra que, como instituição, não só é dinamizadora das boas práticas europeias para com as suas entidades homólogas oriundas dos PALOP, mas é também dinamizadora dos bons valores que precedem ao sentido positivo da cooperação internacional na esfera europeia e também mundial.

III. Atividades desenvolvidas no local de estágio

No que concerne à estruturação do estágio, foi realizado um plano de estágio que previu as atividades a serem desenvolvidas, os principais objetivos a cumprir e o período de duração das mesmas. Não obstante, ao longo do estágio houve necessidade de, por vezes, se proceder a reajustamentos. Nesse contexto, enunciam-se as atividades realizadas durante o estágio, a sua calendarização, apresentando algumas experiências sobre as mesmas atividades.

O plano de trabalhos, no geral, consistiu nas seguintes atividades:

Atividade 1 – Conhecer as instalações da ASAE, conhecer a sua estrutura orgânica e o seu Plano de Ação Externa.

Atividade 1.1 – Visita às instalações da Sede da ASAE, no dia 4 de setembro de 2017.

Atividade 1.2 - Visita às instalações da DRAL (Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios) e aos seus respetivos laboratórios, no dia 5 de setembro de 2017.

Atividade 1.3 – Visita às instalações da Unidade Regional Sul da ASAE, no dia 15 de setembro de 2017.

Atividade 2 – Desenvolvimento do Relatório de Estágio.

Atividade 3 - Participar e colaborar na realização das atividades diárias desenvolvidas no Gabinete de RI, nomeadamente participar em reuniões de âmbito bilateral ou multilateral, elaborar pastas, memorandos, pontos de situação, pesquisar informações, tradução de documentos, etc.

Atividade 3.1 – Reunião com a delegação turca da Direção-Geral da Proteção do Consumidor e Vigilância do Mercado, no dia 25 de setembro de 2017.

Atividade 3.2 – Receção a uma comitiva chinesa e a consequente visita aos laboratórios da ASAE, no âmbito da cooperação existente entre a União Europeia e a China no mercado dos vinhos. Esta atividade foi realizada no dia 16 de outubro de 2017.

Atividade 3.3 – Realização de uma pasta informativa para o AHRESP, com informações acerca dos modelos de categorização e avaliação da restauração

em 5 países – Brasil, Inglaterra, Alemanha, França e Espanha. A pasta foi elaborada durante o mês de outubro de 2017.

Atividade 3.4 – Participação e assistência técnica em dois eventos, o “*Workshop on Communication of Emerging Risks*” e o “*Workshop on Crisis & Emergency Risk Communication*”, sendo que o primeiro evento se realizou no dia 22 de novembro de 2017 e o segundo evento realizou-se durante os dias 22 e 23 de novembro de 2017.

Atividade 3.5 – Reunião com a Inspeção Geral do Comércio e Artesanato da República da Guiné Bissau (IGCA), realizada no dia 24 de novembro de 2017.

Atividade 3.6 – Sessão Pública de Esclarecimento à Comunidade Indiana, realizada no dia 27 de novembro de 2017.

Atividade 3.7 – Reunião com a Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP), realizada no dia 22 de janeiro de 2018.

Atividade 3.8 – Reunião com a DGCERF (entidade argelina e homóloga da ASAE), realizada no dia 26 de fevereiro de 2018.

Atividade 3.9 – Reunião com o Embaixador da Coreia do Sul, realizada no dia 17 de abril de 2018.

Atividade 4 – Pesquisa e análise de projetos de candidatura no âmbito do Programa Twinning e TAIEX, bem como a identificação de projetos financiados por instituições europeias e internacionais.

Atividade 5 – Atualização da informação sobre a cooperação externa da ASAE para o novo layout do website da ASAE.

Em relação à calendarização das atividades, a mesma está representada na tabela abaixo.

Tabela 2

Calendário das Atividades realizadas durante o Estágio Curricular

Atividades/Meses	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18
Atividade 1								
Atividade 1.1.	Dia 4							
Atividade 1.2.	Dia 5							
Atividade 1.3.	Dia 15							
Atividade 2	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE
Atividade 3	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE	SDE
Atividade 3.1.	Dia 25							
Atividade 3.2.		Dia 16						
Atividade 3.3.		SDE						
Atividade 3.4.			Dia 22/23					
Atividade 3.5.			Dia 24					
Atividade 3.6.			Dia 27					
Atividade 3.7.					Dia 22			
Atividade 3.8.						Dia 26		
Atividade 3.9.								Dia 17
Atividade 4	SDE	SDE	SDE	SDE				
Atividade 5				SDE	SDE			

Legenda: SDE - Sem Data Específica

Preceder-se-á, de seguida, a um relato mais detalhado das atividades executadas pelo estagiário durante o estágio curricular.

No primeiro dia, foi explicado ao estagiário a estrutura orgânica da ASAE, incluindo o GRI, e qual é a missão da ASAE e os valores pelos quais se rege. Foi também dado a conhecer o Plano de Ação Externa da ASAE, onde se encontra explicado no primeiro capítulo do presente relatório.

Foram realizadas três visitas às instalações da ASAE, ao longo do estágio: a primeira foi no primeiro dia do estágio, dia 4 de setembro de 2017, e foi a visita à sede da ASAE. No dia 5 de setembro de 2017, realizou-se outra visita, desta vez às instalações da DRAL. A última visita foi realizada no dia 15 de setembro de 2017, e foi às instalações da Unidade Regional Sul da ASAE. Estas três visitas às instalações da ASAE incluem-se no tipo de atividades 1.

Em relação às atividades diárias do GRI (tipo de atividades 3), a primeira reunião em que o estagiário esteve presente foi a reunião com a delegação turca da Direção Geral da Proteção do Consumidor e Vigilância do Mercado, que ocorreu no dia 25 de setembro de 2017, na sede da ASAE. Esta reunião teve o intuito de a ASAE demonstrar o seu trabalho e as suas metodologias de atuação dentro do sector comercial, dando a conhecer também as boas práticas europeias em relação ao sector comercial à delegação turca.

A segunda atividade foi a receção a uma comitiva composta por membros de entidades chinesas relacionadas com a produção vinícola, no dia 16 de outubro de 2017, sendo que esta visita foi realizada no âmbito da cooperação existente entre a União Europeia e a China no mercado dos vinhos. Esta atividade consistiu na visita desta comitiva aos laboratórios da ASAE, e depois procedeu-se a um pequeno seminário sobre as metodologias adotadas pela ASAE no controlo de qualidade, com foco nos produtos vinícolas.

A terceira atividade durou todo o mês de outubro, e consistiu na realização de uma pasta informativa, a pedido do AHRESP, sobre os modelos de categorização e avaliação da restauração em 5 países – Alemanha, Brasil, Espanha, França e Inglaterra.

No dia 22 e 23 de novembro de 2017, realizaram-se dois workshops organizados pela ASAE, tendo como principal temática a Comunicação em Situações de Risco, e contou com a participação de várias homólogas internacionais da ASAE, bem como com a participação de entidades como a EFSA e a FAO. Durante os dois dias de evento, o estagiário teve como funções auxiliar o secretariado do evento, fazendo as creditações

dos participantes e também ajudar os participantes sempre que estes apresentassem alguma questão.

No dia seguinte, no dia 24 de novembro de 2017, o estagiário participou numa reunião com a Inspeção Geral do Comércio e Artesanato da República da Guiné Bissau (IGCA), onde se planearam as atividades a serem realizadas entre a ASAE e a IGCA, no âmbito do protocolo de cooperação assinado no dia 22 de novembro de 2017.

A atividade seguinte realizou-se no dia 27 de novembro de 2017, e foi a participação na sessão pública de esclarecimento da ASAE à comunidade indiana.

No dia 22 de janeiro de 2018, o estagiário participou numa reunião, nas instalações da AICEP, com a Dr.^a Inês Jácome, responsável pela área de serviços que acompanha as atividades multilaterais de financiamento. A reunião teve como objetivos dar a conhecer a vertente internacional da ASAE (a nível bilateral e multilateral) no presente e perspetivas futuras, e também recolher informações sobre potenciais financiamentos a projetos cujo foco fossem os países em vias de desenvolvimento.

A reunião seguinte, que contou com a participação do estagiário, foi no dia 26 de fevereiro de 2018, com a DGCERF (entidade argelina e homóloga da ASAE). A reunião consistiu nas apresentações institucionais de cada entidade, da ASAE e da DGCERF, e na discussão do plano de atividades entre a ASAE e a DGCERF para o período de tempo 2018-2019.

A última reunião foi no dia 17 de abril de 2018, com o Embaixador da Coreia do Sul. A reunião teve o intuito de preparar a missão da ASAE à Coreia do Sul e também pedir ao Embaixador a sua ajuda na identificação das contrapartes da ASAE na Coreia do Sul, nas áreas da segurança alimentar e da inspeção económica.

Posto isto, o estagiário realizou também outro tipo de atividades que duraram o estágio inteiro ou que duraram mais de um dia. Um exemplo foi a pesquisa de projetos de financiamento ou entidades que pudessem financiar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, na área da segurança alimentar. Durante o estágio, foi possível identificar algumas fontes de financiamento, sendo que a maioria eram projetos de financiamento criados pela Comissão Europeia, mas a data de entrega das candidaturas já tinha expirado.

Por fim, outra atividade que foi efetuada, durante o estágio, foi a atualização e a tradução da informação sobre a cooperação externa da ASAE, para depois esta ser introduzida no novo layout do website da ASAE. Esta atividade ocorreu entre o final do mês de dezembro de 2017 e meados do mês de janeiro de 2018.

IV. Considerações Finais

Sendo o presente documento um resultado final de diversos meses de aprendizagem e experiência prática, é fundamental a realização de uma reflexão crítica a respeito de todos os acontecimentos vivenciados durante o respetivo estágio curricular.

Os estágios curriculares caracterizam-se por ser atividades experimentais de aprendizagem que proporcionam uma ligação entre o mundo académico e o mundo profissional (Sgroi & Ryniker, 2002), em grande parte, são o primeiro contacto que futuro profissional têm com o contexto real. Complementarmente, o estágio permite uma preparação e adaptação para a realidade profissional (Sgroi & Ryniker, 2002), através do desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e cívicas (Sweitzer & Kinga, 2009).

A realização de um estágio curricular permite não só uma compreensão da aplicabilidade da teoria adquirida ao longo do curso académico, mas também a aquisição de conhecimentos, competências, atitudes e valores profissionais e pessoais (Sweitzer & Kinga, 2009). Ao longo do estágio foi possível sentir que, os conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado acerca da área de Relações Internacionais, por vezes não eram suficientes para abordar certas questões, e foi através das situações mais práticas que foram surgindo durante o estágio, que me possibilitaram adquirir novas competências e conhecimentos nesta área das Relações Internacionais.

O estágio curricular é uma ótima oportunidade para um desenvolvimento emocional e intelectual, tanto a nível profissional como a nível pessoal (Sweitzer & Kinga, 2009), do qual algumas características como o respeito pelo outro, a integridade, a responsabilidade, a adaptação e flexibilidade, a aceitação à crítica, a capacidade de trabalhar em equipa e a estabilidade emocional, são essenciais para a prática profissional de um psicólogo (Roe, 2002). Efetivamente, algumas destas características foram competências que desenvolvi ao longo da minha vida, porém procurei evoluir e crescer em todas os momentos vivenciados no presente estágio. Para tal foi necessário manter uma postura de mente aberta, recetiva e crítica para o desenvolvimento das mesmas. No entanto, os estágios permitem um conjunto de competências transversais, sendo que tendo em conta a especificidade de estagiar num organismo de uma entidade de tamanha importância para a sociedade portuguesa como a ASAE, permitiu o desenvolvimento de inúmeras capacidades, como o trabalho em equipa, a análise de diferentes pontos de vista,

a comunicação escrita e verbal, a criatividade, a gestão de expectativas e o pensamento crítico (Roe, 2002; Sweitzer & King, 2014).

É de salientar que desde o primeiro dia o GRI incluiu-me nas suas reuniões diárias e em todas as suas atividades, enquanto foi decorrendo o estágio, dando-me já uma pertinente experiência para o decorrer da minha vida laboral.

É importante também salientar que todas estas aprendizagens só foram possíveis devido à supervisão e preocupação constante de tornar esta experiência mais rica possível de todas as orientadoras, quer a interna, quer a externa, assim como a possibilidade de integrar uma equipa com ótimas profissionais.

Pouco ou nada sabia sobre o tema da segurança alimentar e todas as problemáticas que este envolve, sendo este talvez o meu maior desafio durante o estágio, de estudar este conceito e de entender o quanto ele está interligado nas nossas vidas a uma escala global. Mais uma vez a ajuda de todas as profissionais do GRI foi essencial para entender melhor e me inteirar de todo com este conceito de segurança alimentar e tudo o que o envolve a um nível internacional.

Por fim, gostaria de salientar o trabalho que a ASAE tem feito junto das suas homólogas oriundas dos PALOP, ajudando-as constantemente a um nível técnico no seu desenvolvimento enquanto entidade governamental responsável pela segurança alimentar do seu país. Apesar de, por vezes, a ASAE e o seu respetivo GRI encontrarem alguns constrangimentos de origem política, económica ou simplesmente técnica, é notável também a resiliência demonstrada e que tive a oportunidade de observar durante o meu estágio no GRI da ASAE.

Referências Bibliográficas

Centro Internacional de Pesquisa de Segurança Alimentar da Austrália (2017). *Food Security and Why it Matters*. Retirado de <http://aci.gov.au/aifsc/food-security-and-why-it-matters>

Decreto-Lei nº 274/2007. Diário da República - 1ª Série N.º 145 – 30 de julho de 2017, pp. 4872-4876.

Decreto-Lei nº194/2012. Diário da República - 1.ª série N.º 163 — 23 de agosto de 2012, pp. 4641 – 466

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2007). Retirado de https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf

Gabinete de Relações Internacionais da ASAE, *A Ação Externa da ASAE – Objetivos e Instrumentos*, IS nº 1/5560/17/SC de 5/12/2017

Gardner, S. (1993). Consumers and food safety: A food industry perspective. *Alimentation, Nutrition et Agriculture (FAO)*. Retirado de <http://www.fao.org/docrep/V2890T/v2890t05.htm>

Governo de Portugal (s.d.). *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Retirado de http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf

Organização das Nações Unidas (1948). Declaração Universal dos Direitos do Homem. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

Organização das Nações Unidas (2016). *Guia sobre o Desenvolvimento Sustentável – 17 Objetivos para Transformar o nosso Mundo*. Retirado de https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf

Organização das Nações Unidas (1966). Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Retirado de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf

Organização Mundial de Saúde & Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2017). *About Codex Alimentarius*. Retirado de: <http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/en/#c453333>

Portaria nº 35/2013. Diário da República, 1.ª série N.º 21 — 30 de janeiro de 2013, pp. 590 – 592

Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho – 28 de janeiro de 2002. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32002R0178&from=EN>

Regulamento (CE) n.º 228/2017 do Parlamento Europeu e do Conselho – 9 de fevereiro de 2017. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017R0228&from=PT>

República Portuguesa (2018). *Programa de Fiscalização Nacional do Mercado*. Retirado de [file:///C:/Users/Acer/Downloads/i007138%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/i007138%20(1).pdf)

Sgroi, C. A., & Ryniker, M. (2002). Preparing for the real world: A prelude to a fieldwork experience. *Journal of Criminal Justice Education*, 13(1), 187–200. doi: 10.1080/10511250200085411

Sweitzer, H. F., & Kinga, M. A. (2009). *The Successful Internship: Personal, Professional, and Civic Development* (Third Edit). Brooks/Cole, Cengage Learning.